SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/10/2015 - Sinttel-ES

Telefonistas da Plansul/Banco do Brasil receberão diferenças salariais

O Juízo da 14ª Vara do Trabalho de Vitória condenou o Banco do Brasil por dívidas trabalhistas à quatro telefonistas que reclamaram diferenças salariais. Elas trabalhavam para a Plansul, empresa terceirizada, contratada pelo Banco do Brasil, que não pagava o piso salarial pela jornada de 6 horas, estabelecido na Convenção Coletiva. Como a contratada (Plansul) não compareceu a audiência no dia 25/10, o Banco do Brasil é quem vai ter que ressarcir os prejuízos causados às telefonistas.

Diante desse fato, o Departamento Jurídico do Sinttel-ES convoca todas as telefonistas que estão nessa condição, sejam atuais ou ex-empregadas, que procurem o Sindicato para também ingressarem com Ações Trabalhistas reivindicando essas perdas. Mas isso tem que ser rápido, pois o prazo para prescrição do direito está acabando. Se você conhece alguma telefonista que trabalhou ou trabalha para a Plansul, avise dessa possibilidade. É urgente!!!

A Reclamação Trabalhista (RTO rd-0001156-60.2015.5.17.0014) proposta por quatro ex-telefonistas da Plansul, pedia o pagamento das diferenças salariais do piso de 5 horas, quando elas trabalhavam 6 horas, e no auxílio-alimentação, que a empresa pagava R$ 50,00, quando deveria pagar por dia R$ 7,57. A Juiza Marize Chamberlain, da 14ª Vara do Trabalho, no entanto, aceitou parcialmente as reclamações. Segundo ela, As telefonistas só poderiam receber o valor diário do auxílio-alimentação se tivessem sido contratadas a partir de 1º de outubro/2009. O contrato delas começou em 27/07/2009 e, nesta época, não havia esse direito garantido na Convenção Coletiva, firmada entre o Sinttel-ES e o SERTES, o Sindicato das empresas.

Apesar de terem perdido as diferenças do auxílio-alimentação, as trabalhadoras vão receber todas as diferenças do pagamento pelo piso salarial a menor. Veja o que a Juíza explicou na sentença:

"Somente a título de esclarecimento, a 1ª reclamada (Plansul) afirma em sua defesa que as reclamantes (telefonsitas) estavam sujeitas a jornada semanal de 30 horas, e não de 36 horas, pois não trabalhavam aos sábados, o que afasta o direito piso salarial pretendido. Porém, esse fundamento fere o disposto no parágrafo 2ª da cláusula 3ª das convenções coletivas, ao estabelecer que o pagamento proporcional do piso salarial não se aplica aos empregados que possuem redução de jornada de trabalho em razão das empresas não funcionarem aos sábados. Portanto, condeno a reclamada (Plansul/Banco do Brasil) no pagamento das diferenças salariais às autorias da ação (telefonistas) entre o piso praticado e o devido, durante toda a prestação de serviços, e seus reflexos em férias, 1/3, 13º salário, FGTS + 40% e aviso prévio. Não há reflexos em RSR, pois essa verba já se encontra incluída no salário."

A diretora do Departamento Jurídico do Sinttel-ES, Rita Dalmasio, afirma que o Sindicato está contactando todas as outras telefonistas – ativas e desligadas da Plansul – e, que, ainda, não estão com o tempo de reivindicação prescrito, para entrarem com uma ação. Segundo Rita, em 2011 o Sinttel propôs outra ação trabalhista, mas nesta, não foi possível contemplar todas as telefonistas, pois o Sindicato não tinha a relação completa dos nomes.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/10/2015 - Telesíntese

"Operadoras devem parar de ver OTTs como competidores", diz presidente do Bell Labs

Para Marcus Weldon, mundo passa por uma nova revolução industrial que modifica a indústria das comunicações e exige uma nova visão da rede, na qual a nuvem será pulverizada e colocada próxima do usuário

As companhias de conteúdo over-the-top, como Google, Facebook e Netflix, não devem ser encaradas como uma ameaça ao setor tradicional de telecomunicações. Em vez disso, as operadoras devem abraçar a transformação por que passa o setor, levando a nuvem para onde o consumidor está.

"As operadoras devem parar de ver os OTTs como competidores e passar a ver como aliados", ressalta Marcus Weldon, presidente do Bell Labs, braço de pesquisa e inovação da Alcatel-Lucent. Ele lançou recentemente o livro "The Future x Network", ainda sem tradução no Brasil, no qual faz uma proposta para como será a rede 5G.

Para ele, a quinta geração das redes terá como foco a transmissão de dados. O crescimento da capacidade por meio do uso de espectro se tornará quase impossível se não forem criadas soluções que utilizem ondas milimétricas. Estas ondas formam as faixas de baixo alcance, que exigirão antenas muito próximas do usuário.

A capacidade virá associada à redução da latência, que é o tempo de resposta de uma conexão. Se aproximando de zero, a baixa latência permitirá a multiplicação da transmissão de dados em um mesmo período de tempo.

A única resposta possível para o dilema de usar ondas milimétricas e reduzir a latência será levar a rede mais perto do usuário, e junto com ela a nuvem. Weldon desenha a rede do futuro como uma malha em que os servidores são acessados diretamente pela rede móvel, e estão localizados muito próximos das antenas. Em comparação, atualmente o celular se conecta à estação radiobase, que se conecta ao backbone óptico, que encaminha o acesso ao núcleo da rede, que acessa os serviços em nuvem.

"Pense na internet das coisas. Não dá para processar os serviços de todos os dispositivos conectados em uma única e gigantesca nuvem. É preciso haver uma nuvem local. A entrega dos serviços digitais será a estrela para as empresas", ressalta.

Segundo ele, companhias como o Google mostram qual caminho as operadoras podem seguir, aliando capacidade global de obter clientes a um atendimento e entrega de produtos digitais localizados. "Os serviços todos terão de ir para a nuvem. No mundo atual, os OTTs não tem, ou tem muito pouco, ativos de rede local", diz.

Virtualização

Aí entram as tecnologias de virtualização de funções de rede, redes definidas por software e de acesso à nuvem na borda da rede (edge cloud access) que vem sendo desenvolvidas pela Alcatel-Lucent.

Segundo Weldon, o uso de NFV é capaz de reduzir em 40% os custos operacionais (Opex) e a necessidade de novos investimentos em infraestrutura (Capex). Uma rede virtualiza permite, entre outras coisas, a resolução de problemas ao usuário em um servidor, aumentando a performance, entregando serviços mais personalizados e reduzindo o custo por bit transmitido.

Já o uso das redes definidas por software poderão reduzir em 50% o Opex, uma vez que permitiria a operadores locais realizar entregas globais de serviços. Apenas em infraestrutura óptica e em redes IP, o Bell Labs diz que a adoção do SDN levaria a economias de 40% graças ao gerenciamento dinâmico da rede.

Por fim, a adoção da nuvem na borda da rede também poderia reduzir em 40% o Capex e Opex na borda. Aqui é onde fica mais claro o potencial das alianças com as OTTs. "O Netflix está movendo o conteúdo para mais perto do usuário, de forma que alavanca os provedores locais diminuindo a carga sobre a rede", exemplifica.

Weldon vê as operadoras se desfazendo de ativos ao migrar para os serviços digitais. Mas recomenda uma reavaliação. "Em vez de se desfazer dos escritórios e das centrais, talvez o melhor seja transformá-los em data centers, o centro da nuvem na unidade central, e a nuvem pulverizada nos regionais. Pelo menos 50% dessas centrais ou escritórios poderiam ser convertidos em data centers", calcula.

Weldon apresentou palestra durante a Futurecom 2015, evento que reúne o setor de telecomunicações em São Paulo, e termina amanhã, 29.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/10/2015 - Telesíntese

Tim quer levar 4G para 90% dos brasileiros em dois anos

'No médio e longo prazo, ainda vemos oportunidades no Brasil', afirmou Rodrigo Abreu, CEO da operadora. Segundo o executivo, a empresa pretende alcançar 90% da população brasileira com a 4G em dois anos

O CEO da TIM Brasil, Rodrigo Abreu, afirmou hoje, 28, em evento em São Paulo, que a operadora está passando por uma profunda transformação em meio ao que classificou como "tempestade perfeita" que atravessa o país.

"Não existe caminho fácil daqui para a frente. Para se ultrapassar este caminho, tem que se pensar no longo prazo. No médio e longo prazo, ainda vemos oportunidades no Brasil", afirmou.

Ele reapresentou o aumento de investimentos que a companhia fez este ano no país, que vão somar R$ 14 bilhões, valor que será mantido em 2016. Destacou que no ano passado e neste a operadora realizou um turnaround em infraestrutura, que mudou sua posição difinitivamente no mercado nacional.

"A TIM era terceira em 4G, estava em 45 municípios em dezembro. Este mês, estamos em 265 cidades, com meta de cobrir 400 municípios até o final do ano, cobrindo 100 milhões de pessoas. Em dois anos, o nosso 4G cobrirá 90% da população", promete.

Os investimentos vem sendo feitos em redes ópticas e heterogêneas, as hetnets, que combinam small cells, pico cells, femtocells ao backbone óptico e RAN de quarta geração. "Não estamos brincando. O 4G será uma mudança significativa em nosso posicionamento de infraestrutura", comentou. Ele lembrou também o reposicionamento da operadora na busca pelo mercado pós-pago, enquanto mantém o cliente do pré-pago na carteira com aumento da oferta de dados.

Abreu lembrou que ainda há questões a ser endereçadas pelos reguladores do setor, e que podem interferir nos investimentos das operadoras. Elogiou iniciativas como o REPNBL, a desoneração de small cells, revisão do Fistel para M2M, todas questões que enxerga tendo "a sustentabilidade do setor como objetivo".

Mas se disse preocupado, porém, com final do incentivo à produção de smartphones, os recentes aumentos de ICMS para o setor, cobrança acentuada do Condecine, pressões fiscais e defasagem do marco regulatório das comunicações. E vê como amaças questões ainda a ser definidas, como a neutralidade de rede (a operadora tem ofertas de zero-rating com o WhatsApp), a aplicação de fato da Lei das Antenas nos municípios brasileiros, o uso do FUST, a implementação do programa Banda Larga para Todos e revisão dos TACs das operadoras.

Pré-pago

Neste segmento, Abreu espera transformações profundas. Ele voltou detalhar o processo de migração do multi-SIM, em que o usuário usa chips de duas ou mais operadoras, para o single-SIM, motivada pelo crescimento da demanda por dados. O valor sobre a troca de dados independe de operadora, diferentemente das chamadas telefônicas, sobre as quais recaem tarifas como a VU-M.

Ele espera uma volta a patamares de 2008 ou 2009 no número de usuários de telefonia móvel no Brasil até 2018. Em compensação, aumentará o número de usuários únicos devido à entrada de novos consumidores. "Número de usuários únicos cresce, a estimativa é que chegue a 135 ou 138 milhões, com expectativa para 150 milhões em dois a três anos", contou. A manutenção do Fistel com o peso atual deve sustentar o cenário de redução da base multi-SIM. "Um Fistel de R$ 23 por ano, mais R$ 13 de atuação não pode compensar o usuário de 2 reais de apo por mês", completou.

Valor adicionado

Abreu também mostrou os resultados que a companhia vem obtendo com o SVA, depois de reiterar que espera para meados do próximo ano a transição definitiva na geração de receita, com dados gerando mais ganhos que voz.

Segundo ele, o TIM Saúde possui 300 mil clientes; TIM Music tem 1 milhão; 600 mil assinam a plataforma de ensino de idiomas; 450 mil usam o TIM Kids; 250 mil já têm a Banca Virtual; 140 mil assinam o TIM Gourmet. Em 2014, os serviços de valor adicionado geraram R$ 1,2 bilhão em receitas para a tele.

Abreu se apresentou durante a Futurecom 2015, evento que reúne o setor atém amanhã, em São Paulo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/10/2015 - Vermelho

Em meio à crise, bancos podem ter lucro de R$ 14,5 bi

A crise não é para todos. De acordo com matéria do jornal Valor Econômico desta quarta (28), a prévia dos resultado dos quatro grandes bancos do Brasil no terceiro trimestre mostra que eles, juntos, podem registrar R$ 14,5 bilhões de lucro líquido recorrente. Isso significa um aumento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2014.

O jornal ressalta, no entanto, que o desempenho, se confirmado, significará a redução no ritmo de crescimento do lucro do grupo formado por Bradesco, Itaú, Santander e BB. Isso porque, na comparação com o segundo semestre deste ano, houve uma queda de 5,6% em relação aos lucros.

De acordo com o jornal, a safra de resultados do setor começa na quinta-feira, com a divulgação dos números do Bradesco e Santander e, no centro das expectativas de analistas, estará a evolução da inadimplência, uma peça-chave para entender o cenário para os bancos.

Ainda segundo o jornal, analistas do UBS creem que a inadimplência deve ficar "relativamente sob controle" até o fim do ano, com um aumento de 10 a 20 pontos-base. Para o gerente geral de relações com investidores do Banco do Brasil, Bernardo Rothe, há uma "pressão de inadimplência" no segmento de financiamento às empresas, mas ele avalia que o nível de atrasos está sob controle.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/10/2015 - Altamiro Borges

Contra Lula, FHC quer pôr fogo no circo

O programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, emissora estatal que em tempos passados tinha grande prestígio, é conhecido como poleiro de tucanos. Na segunda-feira (26), quem sentou no centro do cenário foi o chefe das ditas aves, o ex-presidente neoliberal Fernando Henrique Cardoso (FHC), que deitou falação golpista, corroborando os processos viciados que abrem caminho para as marchas que desafiam abertamente a democracia.

Ele ficou à vontade, cercado por "entrevistadores" da revista Veja e dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo; a laia passou o tempo todo fazendo escada para as diatribes do "entrevistado" contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a presidenta Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda em geral. Os ataques chegaram à Venezuela e à Argentina. Quando os comerciais eram chamados, um deles mostrava as notórias qualidades do Bolsa Família.

Às tantas, FHC disse que a presidenta deveria "renunciar com grandeza", assumindo que a "a situação econômica é desesperadora" e exigindo do Congresso Nacional a aprovação de medidas urgentes. E passou a enumerar quais seriam, sacando da algibeira sua receita neoliberal, cujos resultados são amplamente conhecidos. A prioridade seria a restrição à democracia, com cláusula de barreira e voto distrital.

Desafeto histórico

As má-criações dessa figura subqualificada têm o mérito de revelar as reais intenções da direita. É facilmente perceptível que eles querem cumprir as ameaças de manter Lula "sub judice" para inviabilizar sua candidatura em 2018. FHC disse isso abertamente ao chancelar as acusações desclassificadas de envolvimento do seu desafeto histórico em casos de "corrupção". A pergunta que se deve fazer é singela: manter Lula "sub judice" interessa a quem? À turma que se banqueteou na festa da corrupção promovida pela "era FHC", evidentemente.

Esse filme é antigo e FHC quer reeditá-lo. Está bem viva ainda na memória nacional sua lamentação pela falta de um Carlos Lacerda — o virulento jornalista e líder político que agredia Getúlio Vargas sem escrúpulos — na atual conjuntura. Seria alguém com verve e ousadia suficientes para mostrar a superioridade do neoliberalismo — a administração do país centrada na macroeconomia financeira e na redução do papel dos mecanismos do Estado que atuam nas ações sociais e nacionais. Os resultados bem sabemos: perda de empregos, da soberania nacional, limitações à democracia e aumento da precariedade dos serviços públicos, como saúde, segurança, educação.

O ex-presidente neoliberal abusou do seu mantra sobre a "inoperância gerencial" dos governos Lula e Dilma, que não teriam "projeto de longo prazo", e apelou para a "valentia moral" (sic) necessária para tirar o país da "crise". Como sempre, não faltou a FHC franqueza para expor seus anátemas no que toca às questões nacionais — como de resto tem sido a sua prática desde antes de ele assumir a Presidência da República em 1994. Sempre, evidentemente, mostrando suas tradicionais duas caras — uma para o povo e outra para seus amos.

Brasil vicinal

Ao contrário de FHC, Lula sempre fez suas campanhas com honestidade. Costurou alianças, cortou o Brasil vicinal com a Caravana da Cidadania e discutiu o futuro econômico do país. Não desceu aos subníveis do discurso de Fernando Collor de Mello, em 1989, e da mídia, em 1994, quando o seu candidato a vice, José Paulo Bisol, foi acusado de manipular verbas do orçamento para beneficiar suas terras — o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, teve de pagar indenização de R$ 1,191 milhão ao ex-candidato a vice de Lula por causa dessa acusação publicada em 1994 —, e se esforçou para forjar um amplo bloco político de centro-esquerda de oposição ao projeto neoliberal.

Leia mais em:
http://altamiroborges.blogspot.com.br/2015/10/contra-lula--fhc-quer-por-fogo-no-circo.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/10/2015 - Rede Brasil Atual

Pochmann defende CPMF como ferramenta de combate à sonegação

Segundo economista, estudos estimam que 10% de todo o PIB brasileiro equivale à sonegação que o Estado deixa de arrecadar, mas ressalta que o governo deve reduzir carga tributária sobre os mais pobres

"A CPMF é adequada porque ajuda a enfrentar um problema sério no Brasil: a sonegação fiscal", afirma o economista Marcio Pochmann sobre a possível volta da tributação. Em comentário hoje (28) na Rádio Brasil Atual, o presidente da Fundação Perseu Abramo diz que o rombo deixado pela sonegação é um dos grandes problemas da sociedade brasileira. "Estudos realizados estimam que 10% de todo o PIB brasileiro equivale à sonegação que o Estado deixa de arrecadar. A Receita Federal indica que a cada quatro pessoas, apenas uma declara imposto de renda."

O economista conta que um dos pontos positivos da contribuição sobre movimentações financeiras é o baixo custo de sua introdução no país. Porém, ressalta que muitas pessoas não são favoráveis a mais uma tributação. "É importante que o governo, ao defender a CPMF, reduza alguns impostos que atinjam os mais pobres no nosso país."

Pochmann lembra que pessoas com maior poder financeiro são mais isentas de tributações do que os mais pobres. "Por exemplo, o IPVA: as pessoas que possuem automóvel pagam o imposto sobre a propriedade do veículo. Isso não ocorre para quem detém helicóptero, aviões ou lanchas. A tributação no Brasil pega as pessoas com menos recursos, e libera os mais ricos. Além da tributação indireta, aquela que está embutida nos preços dos produtos, o pobre, proporcionalmente à sua renda, termina pagando o mesmo tributo que o mais rico. Poderíamos ter um imposto mais efetivo, que seria uma tributação sobre os ricos."

Ele afirma ainda que um dos principais erros do Brasil é de que a sonegação não é tratada como crime. "Nos casos de corrupção, na maioria das vezes, estão envolvidos os recursos públicos, e o imposto é um dos recursos que não está sendo pago, por ser sonegado, e isso não é visto como crime."